

Prefeitura vai retomar regularização do Uber

Trânsito. Após colocar projeto de lei na gaveta, Executivo vai agora finalizar regulamentação dos aplicativos após pressão dos taxistas

Após pressão dos taxistas de Campinas que reclamam de concorrência predatória por parte dos aplicativos de transporte individual, a Prefeitura de Campinas vai retomar a regularização das ferramentas tecnológicas, como o Uber e Cabify. O Executivo havia colocado na gaveta o projeto de lei sob a justificativa de que iria esperar a regulamentação da proposta no Senado.

O secretário de Relações Institucionais, Wanderlei de Almeida, disse que a primeira medida será chamar os representantes dos aplicativos para debater o assunto, o que deve ocorrer até a próxima semana. Mas ele evitou dar data para finalizar o projeto de lei a ser enviado à Câmara de Vereadores. “Essa semana é curta devido ao feriado, mas não vamos mais esperar uma defi-

nição do Senado e vamos ter a nossa própria legislação”, disse Almeida.

A mudança do governo Jonas Donizette (PSB) ocorreu após protesto de taxistas na última sexta-feira que provocou lentidão no trânsito. “Veja como as coisas mudaram. Quando da vinda do Uber, os taxistas queriam que proibissem. Agora querem que regulem porque da forma como está o sistema não sobrevive”, disse ele, acrescentando que: “Estamos enxergando um ambiente para fazer a regulamentação compactuada”, disse o secretário.

O debate, porém, deverá ter pontos de conflito. Os taxistas querem limitação do número de veículos que usam o aplicativo para transportar passageiros mediante pagamento. Outra exigência

é limitar a regularização apenas para os veículos com placas de Campinas.

O representante dos motoristas de Uber, Silvio Sanches de Souza, disse que a retomada da negociação é o que eles querem, porém não vão aceitar limitações como estas. “O governo ainda não colocou as propostas no papel, mas não vamos concordar com situações como restrições à placa de Campinas”, disse Souza.

Outra proposta é instituir aos motoristas de aplicativos uma taxa de 5% de ISS sobre o serviço prestado ao usuário. Já as empresas irão ter de pagar uma taxa mensal – cujo valor ainda não foi definido – à Emdec.

Hoje cerca de 2,6 mil carros estão cadastrados em dois sistemas de aplicativos no município. METRO



Taxistas na Câmara em fevereiro, quando o projeto estava em discussão. LUCIANO CESARE/FÓTOGRAFIA